



Canais de comercialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto da pandemia de COVID-19, nos estados de Alagoas e Sergipe (Brasil)

Distributions of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the context of the COVID-19 pandemic, in the states of Alagoas and Sergipe (Brazil)

ARGUELHO, Sandy Evelyn Pereira¹; GAIA, Marília Carla de Mello²

¹ Engenheira agrônoma pela Universidade Federal de Santa Catarina, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sandyarguelho@gmail.com; ² Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marilia.gaia@ufsc.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

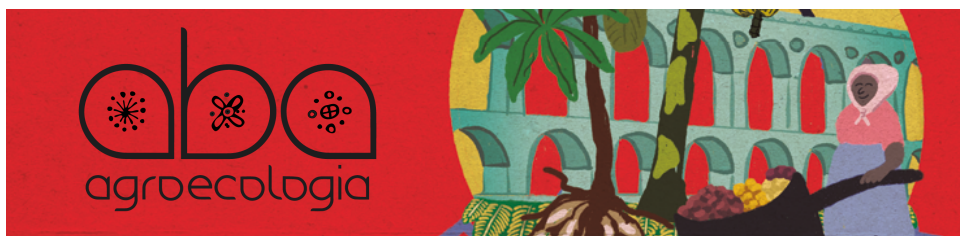
Resumo: Em 2020, a pandemia da COVID-19 afetou o mundo, levando a milhões de mortes, e acarretando mudanças sanitárias e sociais. Essas mudanças afetaram a vida dos/as agricultores/as, que tiveram que buscar novas formas de resistência e comercialização. Uma pesquisa foi realizada com famílias beneficiárias da Reforma Agrária organizadas pelo MST em Alagoas e Sergipe a fim de investigar as formas de comercialização antes, durante e após o isolamento advindo da pandemia. Algumas famílias não puderam comercializar seus alimentos devido às restrições, enquanto outras continuaram usando feiras regionais como principal meio de comercialização. Com esta discussão espera-se fornecer informações úteis para ampliar e qualificar as estratégias de comercialização no âmbito da Reforma Agrária, bem como da relação da Agroecologia com a produção e acesso à alimentos saudáveis.

Palavras-chave: reforma agrária; sindemia; políticas públicas; insegurança alimentar.

Introdução

Em 2020, o Brasil e o mundo se depararam com uma doença que viria tirar milhares de vidas, uma pandemia causada pelo SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Além dos problemas sanitários, nos deparamos com o aumento da fome e nos mostrando a gravidade da indústria alimentícia no Brasil e no mundo. Ao mesmo tempo, neste período, o Brasil foi um dos maiores exportadores de *commodities* arrecadando bilhões de reais para os cofres do agronegócio.

Ainda durante a pandemia, nos deparamos com a má gestão do governo brasileiro que além de colocar a vidas de pessoas em risco com negligência acerca das compras de vacinas, milhares de famílias perderam os seus empregos e se depararam com a fome. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (Rede Penssan, 2021), trouxe dados



preocupantes em que 116,8 milhões de pessoas estariam em algum grau de insegurança alimentar, além de parcela significativa em situação de fome.

Com o desamparo por parte do Governo Federal, houve uma forte comoção entre os agricultores e agricultoras por todo Brasil. Entre as organizações e movimentos sociais, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não mediu esforços durante a pandemia em constantes ações no combate à fome, com doação de alimentos e a Cozinha da Terra (formulação e distribuição de marmitas).

Assim como trabalhadores/as urbanos, os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra sentiram também as consequências da pandemia, principalmente em torno da comercialização de suas produções. Sendo assim, muitos agricultores/as e comunidades começaram a se reinventar como novos canais de vendas para escoar a suas produções de alimentos.

Neste sentido, este trabalho é parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia defendido pela primeira autora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O mesmo se integra no escopo do projeto de pesquisa “Plano Nacional Para Comercialização Direta de Produtos Orgânicos de Áreas da Reforma Agrária no Brasil”. Aqui vamos nos limitar a dialogar sobre os canais de comercialização das famílias assentadas da Reforma Agrária dos estados de Alagoas e Sergipe e os principais gargalos enfrentados por estas famílias antes, durante e após a pandemia.

Metodologia

Esta pesquisa foi dividida em dois momentos: i) Pesquisa bibliográfica em torno dos temas Reforma Agrária, comercialização de alimentos, história da luta pela terra no Brasil e a importância para produção de alimentos saudáveis; ii) aplicação de questionário individual para famílias assentadas, organizadas pelo MST, com perguntas abertas e fechadas por amostragem nas Feiras da Reforma Agrária realizadas em Sergipe e Alagoas (agosto e setembro de 2022), com foco no que estas comercializam antes, durante e depois da pandemia causada pela COVID - 19. Participaram das entrevistas 50 agricultores/as familiares beneficiários da Reforma Agrária, dos quais 48% (22 pessoas) do total são assentados ou acampados em Sergipe, 44% em Alagoas (24 pessoas). Deste público, 39.1% (18 pessoas) se identificaram no gênero feminino e 60.9% (28 pessoas) no gênero masculino.

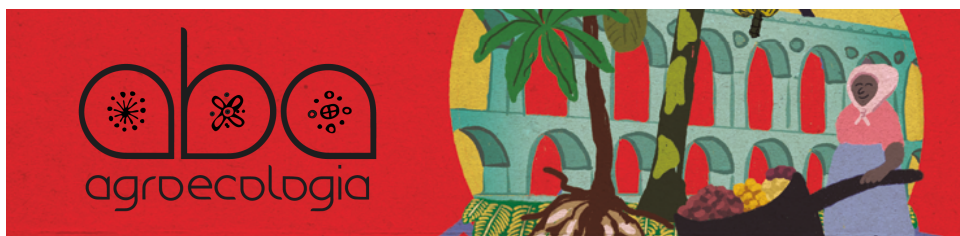


Imagem 01 - Infraestrutura 7º Feira Estadual de Aracaju/SE



Fonte: Coletivo de Comunicação MST/SE, 2022.

Imagem 02 - Agricultoras organizadas com suas produções recém-chegadas para 21ª Feira da Reforma Agrária



Fonte: Coletivo de Comunicação MST, Alagoas 2022.

Resultados e Discussão

Referente aos principais canais de comercialização acessados pelas famílias entrevistadas antes da pandemia (antes de março de 2020), corresponderam a 39,01% de feiras, 13% de venda direta na propriedade e feiras, 4,3% de venda por atravessadores e 6,5% em cooperativas. Ressalta-se que os/as entrevistados/as responderam mais de um canal de comercialização. Com base nestas respostas apresentadas, observa-se que os agricultores comercializam em circuitos curtos com vendas diretas e indiretas, conforme a tipologia apresentada por Darolt e Rover (2021).



A mudança de hábitos de todo o mundo, consequência da pandemia, teve efeito direto na comercialização de alimentos, sendo assim foram perguntados aos entrevistados se houve mudanças nestes canais no período mais restrito da pandemia (março de 2020 a março de 2021). Foi constatado que neste período, 26% (13 pessoas) dos/as entrevistados/as não sofreram mudanças nesses canais. 74% (37 pessoas) apontaram mudança na forma de comercialização dos seus produtos. Para 18 entrevistados/as as feiras não funcionaram como espaço de comercialização neste período e 09 entrevistados relataram que pararam de comercializar por não ter outras opções para escoar os seus produtos. 14 pessoas responderam que não mudaram/pararam de comercializar durante o período da pandemia. Outras respostas obtidas também foram sobre o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e venda para atravessadores como canais que não funcionaram bem durante o referido período. Somente 08 entrevistados/as acessaram novos canais de comercialização, a saber: venda para atravessadores; entrega domiciliar, vendas por meio da internet (mídias e redes sociais).

Entre as dificuldades no período mais restrito da pandemia, as famílias apontaram as restrições sanitárias como contato físico, visto que foi uma das medidas de prevenção da doença, uma importante medida, porém, interferiu diretamente nas vendas em feiras, diminuindo o público que circulava no local e impactando a comercialização dos produtos. Elencou-se também o transporte de produtos até as feiras como dificuldade, que acarretou na procura de atravessadores para escoar os produtos. Por outro lado, para um dos entrevistados, a venda para atravessadores parou. A venda que era feita porta a porta antes, deixou de ser feita pelo risco de transmissão do vírus. Este tipo de comercialização ficou restrita apenas dentro comunidade, onde vizinhos/as se deslocaram até a propriedade para ter acesso aos produtos.

No que se refere a doação de alimentos, mesmo sem comercializar nenhum dos alimentos produzidos, dois agricultores relataram participarem da ação solidária organizada pelo MST com doação de alimentos.

Sabendo dos limites dos agricultores familiares em produzir alimentos, seja por falta dos insumos ou pela improbabilidade de escoar seus produtos, em torno disto, foram perguntados se as famílias pararam de produzir algum produto devido a pandemia (março de 2020 a março de 2021), além dos motivos de parar a produção. Alguns dos entrevistados, responderam que não pararam de produzir nenhum produto, porém 42% (21 pessoas) apontam que tiveram que parar de produzir algum produto durante o período mais crítico da pandemia. Entre os motivos foram apontados a falta de meios de comercialização que acarretou a perda de produtos. Outro dado importante é que grande parte destes entrevistados tiveram acesso ao auxílio emergencial, principalmente os que pararam totalmente a comercialização.

Com a vacinação da população a partir de janeiro de 2021, os setores aos poucos foram voltando a suas atividades. Com base nisso, no pós pandemia identificou-se



que 15,2% dos/as entrevistados/as venderam diretamente na propriedade e para atravessadores, 12% para cooperativas e 6,5% em mercados institucionais. Dos entrevistados, 13% vendem para mercados/pequenos varejistas, 4% estão comercializando via cestas semanais. 39% dos entrevistados acessam a feira para comercializar. O acesso via atravessadores, observou-se que não houve alteração antes da pandemia e no atual momento (2022). Ressalta-se que para esta pergunta foi possível responder mais de um canal acessado

Foram perguntadas também as dificuldades/facilidades após o momento epidêmico, em que a resposta obtida foi acerca do poder de compra da população que diminuiu, afetando diretamente as vendas dos produtos básicos como frutas. Entre as facilidades apontadas apontam-se a procura pelos alimentos da Reforma Agrária e suas respectivas feiras que teve maior visibilidade durante a pandemia, principalmente os Armazéns do Campo, possibilitando agregação de valor para os produtos escoados e transitados para esse comércio. Verificou-se também a retomada da comercialização via PNAE como uma ferramenta importante no atual momento.

As feiras tradicionais da região tiveram uma grande procura por parte da população no que se atribui em um aumento de preocupação acerca da alimentação saudável na busca por produtos agroecológicos e orgânicos. Para Darolt e colaboradores (2016), as feiras do produtor são os mecanismos de comercialização mais difundidos no Brasil e a principal porta de entrada de agricultores ecológicos para o mercado local. Os autores ainda apontam esses espaços como educativos e de lazer, que favorecem uma forte interação entre os consumidores e os produtores.

Conclusões

É importante acentuar que para o MST e as famílias por este movimento organizadas, a luta pela Reforma Agrária Popular se fundamenta na transformação social e na Agroecologia, sendo esta expressa principalmente na produção de alimentos saudáveis, em novas relações sociais no campo e no acesso a canais de comercialização que permitem a valorização do trabalho dos e das Sem Terra e no acesso a alimentos saudáveis e a preço justo para o conjunto da população.

As feiras são importante canal de comercialização para agricultores/as assentados, uma vez que os produtos comercializados regionalmente por esses agricultores e agricultoras tendem ser mais acessíveis, atingindo um maior número de pessoas, fortalecendo uma importante pauta do MST: a alimentação saudável e de qualidade para todos e todas. Desta forma, as feiras contribuem na relação intrínseca entre campo e cidade, e na luta pela Reforma Agrária Popular e da Agroecologia.



Referências bibliográficas

DAROLT, Moacir et. al **REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS E NOVAS RELAÇÕES PRODUÇÃO-CONSUMO NA FRANÇA E NO BRASIL** Ambiente & Sociedade São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 n abr.-jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15. Set. 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. (org.). Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? Instituto Butantan. São Paulo, p. 1-2. out. 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade#:~:text=SARS%2DCoV%2D2%3A%20v%C3%ADrus,%2C%20como%20%E2%80%9Cnovo%20coronav%C3%ADrus%E2%80%9D>> Acesso em: 10 ago. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Vigisan. São Paulo, p. 14-30. mar. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 01 mar. 2022.